

**ENTREVISTA COM O PROFESSOR KANAVILLIL RAJAGOPALAN:
IV SEMANA DE ESTUDOS DE TRADUÇÃO – UFRGS**

Com o intuito de estimularmos questionamentos sobre o papel do tradutor e o lugar da tradução no ambiente acadêmico, escolhemos como tema para a 4ª. edição da Semana de Estudos de Tradução (SET) da UFRGS “a tradução como produção de conhecimento”. Em pleno século XXI, a tradução ainda é vista por muitos – inclusive por colegas pesquisadores – como uma atividade secundária, cujo papel seria o de reproduzir “fielmente” o sentido do texto de partida como se estivesse neste conectado de maneira intrínseca, sendo dele mera reprodução; como se sentidos não fossem construídos a partir de interpretações dos sujeitos envolvidos no processo tradutório, gerando um novo discurso; conseqüentemente, como se conhecimentos não fossem tecidos na própria atividade linguageira, portanto, em toda e qualquer atividade tradutória. Para abrir nosso evento, convidamos o Prof. Rajagopalan, linguista aplicado com pós-doutorado em Filosofia da Linguagem, professor titular (aposentado-colaborador) na área de Semântica e Pragmática das Línguas Naturais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que, entre tantos outros trabalhos, divide com Rosemary Arrojo a autoria do livro *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*, em que desmistificam o sentido como sendo inerente à palavra, e como isso repercute na tradução. Após sua apresentação, em um restaurante em Porto Alegre, enquanto descontraidamente produzia caricaturas em guardanapos de papel – sendo que uma delas ilustra a capa desta edição da Cadernos – o Prof. Rajagopalan, ou Rajan, como gosta de ser chamado, nos brindou com reflexões sobre tradução em diferentes contextos. Foi então que lhe convidamos para a entrevista que nos concederia alguns meses depois e que é aqui reproduzida. Nela, ele ressalta que o grande desafio da tradução seria o de mediar a conversa entre os que têm algum tipo de escolaridade e os que não têm. Entre uma resposta e outra, também discorre sobre o porquê de se sentir incomodado com o uso de conceitos como “falante nativo”, “língua materna” e “língua franca”.

CT: Gostaríamos de iniciar esta entrevista nos referindo ao livro que escreveu com Rosemary Arrojo, não só pelo destaque que dá à tradução, mas também por apresentar o tradutor como construtor de significado, o que, surpreendentemente, ainda causa inquietação no meio acadêmico. Poderia discorrer sobre como você vê os mecanismos de construção de significado na tradução e o papel do tradutor nesse processo?

KR: Ao longo da história, o(a) tradutor(a) sempre foi visto(a) como alguém que apenas e tão somente repassa o significado “aprisionado” num texto escrito numa dada língua para um outro texto, desta vez redigido numa língua diferente da primeira. Assim, a qualidade de um(a) tradutor(a) veio a ser medida em termos do esforço que ele/a empenha em preservar a integridade do significado do texto dito “original”. O(a) tradutor(a) jamais deve permitir qualquer mudança no significado “original” e deve zelar para que nada se perca, nem nada se ajunte durante o processo tradutório. Em outras palavras, tradutor(a) bom(a) seria aquele(a) que conseguisse apagar sua própria presença tanto quanto possível, abraçando de bom grado sua invisibilidade.

Seu anonimato transformar-se-ia, dessa forma, em seu maior trunfo. Por outro lado, qualquer sinal de sua presença que o leitor do texto traduzido pudesse enxergar passaria a ser atestado contundente de seu fracasso, de sua incompetência.

Ledo engano. O(a) tradutor(a) sempre deixou e sempre deixará seus rastros no novo texto que ele(a) produz. E, graças à inevitabilidade de sua presença (ainda que engenhosamente camuflada ou ocultada), o(a) autor do dito “original” reemerge como um novo personagem, que nem sempre lembra nem remotamente seu “avatar” em sua “vida prévia” (note-se que a metáfora de transmigração da alma após a morte, a ideia de reencarnação, é abertamente abraçada pela conceituação de tradução sob enfoque aqui—ver Robinson, 1996, em especial os capítulos II e III). Daí a genialidade da sacada de Willis Barnstone (1993, p. 141), poeta e tradutor norte-americano, quando assevera que “a tradução é, com frequência, um processo histórico de criação de originais,” apresentando-se para acrescentar que “A tradução se nega.” (Barnstone, 1993, p. 144). Uma sacada inconfundivelmente nietzscheana no seu gesto de inverter a ordem propaladamente lógica! (cf. Rajagopalan, 1997, p. 367).

Concluo dizendo que a ideia de tradução como produção de significado e não simples regurgitação inquieta, incomoda, pelas mesmas razões que Nietzsche tirou o sossego de muita gente!

CT: Agora nos voltando à abertura da SET, você começou sua apresentação falando de sua experiência linguística mais primordial, em que havia a língua materna, a língua paterna e a língua falada em casa, porque seus pais falavam línguas diferentes e, entre eles, sobretudo à mesa, falavam em inglês. Foi apenas na escola que você tomou consciência de que se tratava de mais de uma língua. Nesse contexto, qual foi seu primeiro contato com uma situação de tradução: ainda em casa? Na escola? Junto à vizinhança? Qual sua primeira experiência de tradução? Você tem essa lembrança? Isso aconteceu em algum momento?

KR: Boa pergunta essa. Só que, em situações de uso *societal* de multilinguismo, essa pergunta raramente faz qualquer sentido. Isso porque momentos de tradução – na acepção comum dessa palavra – raramente ocorrem na vida cotidiana de pessoas que se encontram em situações em que há multilinguismo *societal*. Multilinguismo societal é o termo usado para designar casos de multilinguismo onde uma sociedade inteira opera com duas, três ou, quem sabe, quatro ou mais línguas (línguas *nomeadas*, diga-se de passagem – mas isso é tema de uma outra entrevista). O que importa é o REPERTÓRIO todo que é mobilizado pelos atores, com seus domínios parciais e díspares de cada uma das línguas envolvidas (cf. Rajagopalan, 2012a, 2012b, 2017)

Em situações como essa (que, note-se, podem ser encontradas em praticamente toda a Ásia e a África e, de forma esporádica, na América Latina (apesar dessa descrição!), falar em ‘falante nativo’, ‘língua materna’ e por aí vai é, na melhor das hipóteses, continuar a acreditar na existência de Pato Donald

ou Mickey Mouse, fora das páginas dos livros de história em quadrinhos. Como argumentam Krishnaswamy e Burde (2004, p.74-75), esses conceitos são fundamentalmente produtos do imaginário/desejo da psique europeia e decididamente estranha e alheia às culturas não europeias.

A melhor maneira de ilustrar minha resposta a sua pergunta (ou melhor, tentativa de me esquivar dela, quem sabe!), um tanto complicada para mim, é recorrer a uma citação que utilizei numa outra ocasião (Rajagopalan, 2010, p. 187-188). Eis um trecho do depoimento:

No dia 7 de março de 2001, H.Y. Sharada Prasad [...] escreveu em sua coluna “All in All” na revista *Asian Age*, sobre um recenseador que compareceu em sua casa. Sua esposa o informou que sua língua materna era Telugu e a minha era Kannada, porém os nossos filhos só tinham uma mãe, não língua materna, tendo nascido em Delhi e tendo sido matriculado numa escola onde não havia oportunidade de apreender nenhuma das duas línguas dos seus pais. A resposta do recenseador foi que, nesse caso, as crianças devem ser consideradas como falantes de Hindi [obs.: a língua mais falada em Delhi]. Este relato não traz nenhuma novidade. A maioria dos indianos que ganha seu pão fora da própria província linguística enfrenta esse problema a cada dez anos (tradução Rajagopalan).

O escritor anglo-indiano Salman Rushdie disse certa vez que todos os indianos acabam se tornando “homens traduzidos”, pois vivem a experiência de tradução em sua pele (em virtude da diáspora indiana logo após a independência do país). Se a tradução tem em seu âmago a ideia de transporte, todos eles estão constantemente sendo transportados em tempo e espaço e a tradução vem a reboque.

CT: Há “tradução” no multilinguismo? Quando a prática tradutória se faz necessária e qual seu papel nas sociedades, considerando que todas são, na verdade, plurilíngues (em maior ou menor grau, de forma mais ou menos explícita)?

KR: Bem, em parte, já respondi essa pergunta. As sociedades multilíngues são palco privilegiado para o surgimento daquilo que se chama *translanguaging*, onde as pessoas se comunicam recorrendo-se a todos os meios linguísticos e extralinguísticos (semióticos) a seu alcance. *Translanguaging* sempre existiu, mas foi ofuscada ou posta à margem por muito tempo. Acontece que já não há como tapar o sol com a peneira. *Translanguaging* vai nos obrigar a ver tradução por todo um novo prisma. Tradução vai continuar a ser relevante e valiosa, mas em termos que até há pouco nem sequer eram imaginados!

CT: Muitos teóricos dos Estudos da Tradução, entre eles Hurtado-Albir (2015) e Pym (2003), quando falam em competência tradutória, já consideram a competência linguística, ou seja, o conhecimento das línguas envolvidas no

processo tradutório, como sendo uma competência anterior ao aprendizado em tradução. Naturalmente, esses teóricos falam a partir de sociedades em que o ensino de línguas é valorizado desde a escola; de sociedades em que não existe o abismo que temos na nossa em termos de acesso a uma educação pré-universitária de qualidade. Na sua opinião, como podemos lidar com essa desvantagem no ensino da tradução?

KR: Confesso que sou um pouco cético quando se fala em competências disso ou daquilo. Também não sou a favor de ligar a tradução a sociedades letradas e escolarizadas. Tradução existe onde existe a linguagem – ou seja, em todos os lugares. Donde a minha desconfiança desse tipo de postura. O verdadeiro desafio de tradução não é intermediar a conversa entre escolarizados e estudiosos. O verdadeiro desafio é como fazer a ponte entre os que têm algum tipo de escolaridade, letramento, e outros fora desses benefícios da civilização moderna. Isso existe até mesmo em sociedades que se consideram 100% alfabetizadas. Como se sabe, letramento é outra coisa.

CT: Em entrevista concedida à Professora Junia Mattos Zaidan (UFES) em novembro de 2017, publicada em 2018, você fala do distanciamento entre a academia e a sociedade, da “elitização de conhecimento”. Na sua opinião, há alguma coisa que o tradutor/tradução possa fazer para tentar diminuir esse distanciamento?

KR: Novamente, na resposta anterior, eu comecei a responder a essa pergunta, antes mesmo de ela ser feita. O distanciamento a que vocês se referem é algo que me vem preocupando já há algum tempo. Foi tema principal do livro *A Linguística que nos Faz Falhar* (Lopes da Silva e Rajagopalan, 2004). A resposta a sua pergunta no caso só pode ser um sonoro “SIM”. Explico: qualquer conversa que possa haver de verdade entre o perito e o leigo, ou, como vocês preferem, entre a academia e a sociedade ampla, só pode se dar pela tradução. Pois estamos lidando com dois universos distintos, cada um com sua própria língua(gem). Se você concorda que uma conversa, na melhor acepção de seu sentido, deve ter o formato de um diálogo e não de um monólogo, só a tradução pode intermediar a aproximação entre as duas partes. Caso contrário, o que teríamos é uma conversa entre duas partes, cada uma gritando ao mesmo tempo no ouvido do outro, e não havendo nenhuma troca de ideias. Tradução não é só tradução interlíngua. A gente não pode se dar ao luxo de pensar que a tradução seja totalmente desnecessária quando todo mundo fala a mesma língua (na maioria das vezes, uma doce ilusão!). Pelo contrário. A tradução *intra*língua também é importante. São casos em que a fronteira entre tradução e interpretação esvanece.

CT: Na mesma entrevista, você ressalta o trabalho a partir da linguagem como práxis e comenta da sua bronca com a palavra “teoria”, uma vez que a práxis é mais importante que a teoria e não depende dela, não é consequência (seria antes o contrário). Nos estudos de tradução, esta sempre é uma questão, sobretudo nas formações universitárias e nos contextos de produção acadêmica, em que trabalhos teóricos são considerados superiores a

traduções, inclusive com pontuação mais alta, o que nos parece refletir falta de conhecimento dos mecanismos envolvidos no processo tradutório. Como você se posiciona a esse respeito?

KR: Vocês têm toda razão. Eu compartilho de sua preocupação com essa veneração da teoria em relação a tudo que é da ordem da prática. Mas isso tem uma longa história e vocês não terão como efetuar mudanças como num passe de mágica. Além do mais, se pensar bem, a oposição teoria/prática está atrelada a alguns preconceitos milenares como machismo, elitismo etc. (já parou para pensar porque os homens dizem ter maior aptidão para a matemática, a física e até estranham quando uma mulher se candidata para essas disciplinas, enquanto que esses mesmos homens reagem com perfeita normalidade quando o sexo oposto demonstra interesse em poesia, em literatura, em artes em geral?). Ao contrário do que muitos pensam, as disciplinas acadêmicas têm gênero. E dentro de uma mesma disciplina também há área de pesquisa mais masculina do que feminina. O homem fica com a parte teórica, cerebral; à mulher reserva-se a parte prática, corpórea, sensível e por aí vai. Eu posso continuar a discussão, mas prefiro parar por aqui.

CT: Essa questão sobre teoria e práxis nos lembra Boaventura de Souza Santos (2011), ao tratar da evolução do conhecimento científico e chamar a atenção para o desafio do “conhecimento-emancipação”. Segundo esse autor, uma abordagem emancipatória do conhecimento caracteriza-se pela multiplicidade de formas de saber (e não pela “regulação”, ou imposição de uma forma de conhecimento totalizante sobre outras); não prescinde do reconhecimento do outro como sujeito produtor de saber, é fruto, necessariamente, de uma visão multiculturalista, em que há reconhecimento dos diferentes saberes, e é solidária, privilegiando a inteligibilidade. Nas palavras do autor, essa forma de conceber o conhecimento exige “uma teoria da tradução que sirva de suporte epistemológico às práticas emancipatórias, todas elas finitas e incompletas [...], apenas sustentáveis quando ligadas em rede” (op. cit., p. 31). Dessa reflexão, dois blocos de questões. Primeiro: estaria a tradução e estariam os tradutores no âmago de processos de construção do conhecimento-emancipação? Quando? Em que medida? Pensando que a tradução também (sempre esteve) está intimamente implicada em processos de colonização e subjugação cultural. Segundo: não seria a prática tradutória um bom exemplo de como a práxis impulsiona teorias e não o inverso, pensando que a tradução sempre esteve muito presente na própria construção do conhecimento sobre língua e linguagem?

KR: Concordo. Quando disse anteriormente que cabe aos(as) tradutores(as) assumir novas metas, novos objetivos, novas incumbências, estava pensando em tarefas como a que vocês ressaltam em sua pergunta.

Em relação à questão da conexão entre colonização e tradução, apenas quero lembrar que a luta contra o colonizador também foi mobilizada e realizada através de tradução. Nesse processo, o colonizado tomou conta da língua do colonizador, ressignificando-a a seu bel-prazer e a sua conveniência. Enfim, a

última risada foi do Caliban que se apoderou ao aprender a língua do seu opressor, traduziu seus sentimentos em sua nova língua e, ao fazê-lo, “domesticou” a língua do colonizador.

CT: Você menciona na entrevista para a UFES que, na qualidade de um dos editores da revista *Word*, você impôs a condição de não se submeterem à hegemonia das variantes do inglês americano e britânico. Isso nos faz lembrar de um artigo de Jenkins (2012), em que a autora escreve sobre o inglês como língua franca (ILF). Ela ressalta que apesar do aumento no uso do ILF, o dito inglês nativo (sobretudo a variante britânica e a estadunidense) continua a guiar o ensino de língua e elaboração de material didático. Já que houve essa iniciativa de sua parte em ampliar as variantes aceitas na revista, e pensando a tradução como um texto com características próprias, gostaríamos de saber se a revista aceita textos que se evidenciam como sendo traduções, visto que muitos pesquisadores buscam publicar seus artigos em inglês, sejam eles escritos diretamente nessa língua ou traduzidos para ela antes de serem submetidos.

KR: Em primeiro lugar, eu tenho resistido ao termo ‘língua franca’ pelo certo ar de triunfalismo que enxergo em alguns escritos sobre a questão. Como se estivesse dizendo, “Que bom que o inglês se expandiu no mundo inteiro, crescendo entre seus falantes cada vez mais “não nativos!” Eu não acho nenhuma graça nisso. Tendo nascido numa colônia britânica que se livrou daquele pesadelo quando era um bebê, porém, de qualquer forma, tendo visto de perto os horrores da colonização e suas sequelas, meu olhar é compreensivelmente diferente. Eu não consigo separar a expansão do inglês das minhas experiências vividas. Uns dez anos atrás, resenhei o livro *English as a Lingua Franca: Attitude and Identity* da referida autora (Jenkins, 2007). Apontei nesse texto (cf. Rajagopalan, 2008) que, ao mesmo tempo em que acho bem-vindas suas críticas contra o enaltecimento do famigerado ‘nativo,’ acredito também igualmente complicado seu gesto de conceder aos ‘novos’ falantes do idioma (a saber os milhões de recém-libertados ex-colonizados) o título de nativo, como ela de fato chega a defender. No seu entender, cada um seria falante nativo do seu próprio inglês (posição esta bastante próxima da do próprio Chomsky diante da crescente insatisfação com o conceito e a dificuldade de identificar a figura enigmática na face da terra). O problema que apontei na saída sugerida por Jenkins foi o de que isso não passa de uma tentativa patética de “massagear” o ego dos antigos colonizados, já que, no mundo pós-Segunda-Grande-Guerra, os ditos ‘falantes nativos’ passaram a pertencer a um seleto clube de privilegiados a partir da ascensão do inglês como língua dominante. É como se a coroa britânica começasse a distribuir, mais generosamente, mundo afora, o título de “lorde”, na esperança de que, cada vez mais, se tornassem voluntariamente súditos do novo império linguístico! Em minha opinião, o que precisa ser revisto urgentemente é o próprio conceito de falante nativo – que, a rigor, foi criado num ambiente rigorosamente monolíngue – uma espécie de ‘bom selvagem’ moderno, que não teve nenhum contato com o resto do mundo e, por conseguinte, com outras línguas (condição *sine qua non* para que ele não perca sua ‘virgindade’

linguística!). Terminei minha resenha fazendo a seguinte afirmação, propositalmente provocadora, que eu cito no original:

Rather than recruit the members of outer circle into inner circle, I would try the opposite tack. Multilingualism is on the rise, even in the Englishspeaking world [...] If more and more people are becoming bi-(multi-)lingual in these countries or, at the very least, becoming constantly exposed to other languages, then it is the days of the 'pure' native that are numbered. With the native losing her native innocence, then it is the speaker from the outer circle that should be elected the typical speaker of ELF or what I prefer to call 'World English'. World English, in my view, is not good old English that has gone global. It is a completely different ball game. It is a language (for want of a better term, what else should one call it, given that it has no native speakers!) in the making and destined to be so for the foreseeable future.

Finalmente, uma observação a respeito de sua última subpergunta. Nenhuma revista acadêmica costuma, até onde vai meu conhecimento, aceitar traduções de outros textos já publicados. A grande maioria prefere textos que sejam frutos da pesquisa do(a) próprio(a) autor(a). Por outro lado, se vocês quiseram dizer, pela expressão “textos que se evidenciam como sendo traduções”, textos que, pela sua retórica, estilo de argumentação, demonstram traços típicos de outras línguas, digo que isso nunca será para mim base de eventual rejeição de um texto submetido à revista. Pelo contrário, quando defendo *World English*, defendo uma “novilíngua” que está emergindo, com seus diversos ‘dialetos’, cada um com suas marcas distintas, que, porém, conseguem conversar entre si (donde a insistência no singular). Os dialetos no caso se distinguem um do outro pelo “sotaque”. O sotaque, a que me refiro, é da ordem da retórica, estilo de argumentação etc. Se alguém interjetar, dizendo “Mas, olha lá, o texto se lê como algo escrito por alguém que parece um falante de francês, espanhol, chinês (ou o que quer que seja)”, minha resposta será: “O que mais você espera? O autor é, de fato, francês, espanhol, chinês etc. Qual é o problema nisso?” A única exigência pode ser a de o texto estar escrito em conformidade com as regras da gramática, obedecendo também as condições mínimas de coesão e coerência etc. – de forma a garantir acessibilidade interlíngua, intercultural.

Referências

ARROJO, Rosemary. *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas: Pontes, 2003.

BARNSTONE, Willis. *The Poetics of Translation: History, Theory, Practice*. New Haven: Yale University Press. 1993.

HURTADO ALBIR, Amparo. *Aprender a traducir del francés al español: Competencias y tareas para la iniciación a la traducción*. Castelló de la Plana: Publicaciones de la Universitat Jaume I, Madrid: Edelsa, 2015.

JENKINS, Jennifer. *English as a Lingua Franca: Attitude and Identity*. Oxford: Oxford University Press 2007.

JENKINS, Jennifer. English as a Lingua Franca from the classroom to the classroom *ELT Journal*, v.66, n.4, 2012.

JENKINS, J. *English as a Lingua Franca: Attitude and Identity*. Oxford: Oxford University Press 2007. Resenha de RAJAGOPALAN, K. *English as a Lingua Franca: Attitude and Identity*. Oxford, UK: Oxford University Press, p. 209-211. 2007.

KRISHNASWAMY, N.; BURDDE, Archana. *The Politics of Indians' English: Linguistic Colonialism and the Expanding English Empire*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2004.

LOPES Da SILVA, Fabio Luiz; RAJAGOPALAN, Kanavillil (orgs.). *A Linguística que nos Faz Falhar*. São Paulo: Parábola, 2004.

PYM, Anthony. Redefining translation competence in an electronic age. In defence of a minimalist approach. *Meta: Translators' Journal*, v.48, n.4, p.481-497, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. The English language, globalization and Latin America: possible lessons from the outer circle. In: Saxena, Mukul; Omoniyi, Tope (Orgs), *Contending with Globalization in World Englishes*. Bristol, UK: Multilingual Matters, 2010, p. 175-195.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. The changing role of translation and translators in our emerging, globalized world. In: Zybatow, Lew; Petrova, Alena; Ustaszewski, Michael (eds.). *Translationswissenschaft interdisziplinär: Fragen der Theorie und der Didaktik*. Frankfurt am Main et al.: Peter Lang, 2012a, p. 267-274.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Colonial legacy and the new 'hybrid' Englishes. In: Agnihotri, Rama Kant; Singh, Rajandra (orgs.). *Indian English: Towards a New Paradigm*. New Delhi: Orient Black Swan, 2012b, pp.206-214.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Translation as bridge-building and transculturation*. In: Deconinck, Julie; Humblé, Philippe; Sepp, Arvi; Stengers, Hélène (eds.). *Towards Transcultural Awareness in Translation Pedagogy*, 2017, pp. 53 – 64.

RAJAGOPALAN, K. Uma conversa com Kanavillil Rajagopalan: fascismo, transformação social e o trabalho a partir da linguagem como *praxis*. [2018]. *PERcursos Linguísticos*, Vitória, v. 8, n. 18, p. 12-22. Entrevista concedida à Junia Mattos Zaidan. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/20340>. Acesso em: 11 Set. 2018.

ROBINSON, Douglas. *Translation and Taboo*. DeKalb, Illinois: Northern Illinois University Press, 1996.

ROBINSON, D. Translation and Taboo. DeKalb: Northern Illinois University Press, 1996. Resenha de RAJAGOPALAN, K. Douglas Robinson: Translation and Taboo. Babel, v.43, n.4, p. 365-368, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 8ª ed., 2011.